

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Canindé

1ª Vara Cível da Comarca de Canindé

Rua Doutor Gerônimo Brígido Neto, 266, Bela Vista - CEP 62700-000, Fone: (85) 3108-1939, Canindé-CE - E-mail: caninde.1civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0200116-72.2024.8.06.0055**
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**
Classe: **Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68**
Assunto: **Fornecimento de medicamentos**
Requerente: **Antonia Jessica Castro Almeida**

Requerido: **Francisco Honney Coelho Silva**

I. RELATÓRIO

Trata-se de ação revisional de alimentos proposta por LIONEL MESSI ALMEIDA COELHO, menor, representado por sua genitora ANTONIA JÉSSICA CASTRO ALMEIDA, em face de FRANCISCO HONNEY COELHO SILVA.

Alega a parte autora que, em 2019, foi firmado acordo extrajudicial posteriormente homologado em juízo, fixando os alimentos em 15,03% do salário mínimo vigente. Sustenta que o valor tornou-se insuficiente diante do crescimento da criança, atualmente com cinco anos, bem como pelo ingresso em fase escolar e despesas adicionais de saúde, transporte, alimentação e vestuário. Ao final, requer a majoração da pensão para 45% do salário mínimo vigente.

Com a inicial vieram os documentos de fls.11/34.

Decisão Interlocutória que indeferiu o pedido liminar, conforme fls. 40/42.

Audiência de Conciliação restou infrutífera, conforme fls. 52/53.

Regularmente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 55/61. Informou ser autônomo, laborando na confecção e venda de salgados, com renda média de R\$ 900,00 mensais. Alegou possuir outra filha de 10 anos e companheira grávida, além de despesas com financiamento habitacional. Argumentou que eventual majoração comprometeria sua subsistência, defendendo a manutenção do percentual anteriormente fixado.

Audiência de Instrução às fls. 111/112. Realizaram-se as oitivas, na seguinte ordem: requerente (Antonia Jessica Castro Almeida), requerido (Francisco Honney Coelho Silva), testemunhas/declarantes arroladas pela parte autora (José Arthur Sales Neto) e testemunha/declarante arrolada pela parte requerida (Francisco Daniel Silva Gomes). Em seguida, foi indagado às partes se ainda havia provas a produzir. Encerrada a instrução, o advogado da parte autora requereu o envio de ofício ao empregador do requerido, a fim de que informasse detalhes acerca de sua remuneração, bem como à Assistência Social, para que informasse eventual recebimento de benefícios. O magistrado indeferiu os requerimentos, conforme gravação audiovisual.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ****Comarca de Canindé****1ª Vara Cível da Comarca de Canindé**

Rua Doutor Gerônimo Brígido Neto, 266, Bela Vista - CEP 62700-000, Fone: (85) 3108-1939, Canindé-CE - E-mail: caninde.1civel@tjce.jus.br

Ficou registrado o oferecimento de memoriais remissivos por ambas as partes. O MM. Juiz determinou que se desse vista ao Ministério Público, para ciência do teor da audiência e apresentação de parecer de mérito.

Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pedido, conforme fls. 119/124.

É o relatório. Passo a decidir.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 1.699 do Código Civil: fixados os alimentos, se sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre ou de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz a majoração, exoneração ou redução do encargo.

Para o acolhimento do pedido inicial de redução ou majoração do encargo alimentar, é imprescindível que se verifique a efetiva alteração do binômio possibilidade/necessidade, que constitui em si uma relação de proporcionalidade.

Em sede de audiência, foram colhidos os depoimentos das partes, bem como de informantes. No caso, verifica-se alteração no quadro fático, considerando alguns aspectos esclarecidos em depoimento.

A genitora, em audiência de instrução, relatou a necessidade de medicação para a criança, despesas com óculos, ocorrência de crises que fragilizaram a saúde da criança e outras demandas médicas que, em razão da urgência, não puderam ser supridas pelo SUS. Declarou ainda que reside sozinha, paga aluguel no valor de R\$ 450,00 e que algumas despesas não consegue suprir apenas com atendimento público. Afirmou, também, que o requerido trabalha com seu genitor na produção de salgados e que possui um canil de animais de grande porte.

O requerido, Francisco Honney Coelho, declarou em juízo que auferia, em média, R\$ 1.000,00 por mês, recebendo por diárias, mas que em alguns meses não consegue trabalhar integralmente em razão de problemas de saúde. Disse ser auxiliar de cozinha e trabalhar com o pai. Informou que já criava e vendia cachorros, mas os valores eram baixos (entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00), e que há muito tempo deixou de exercer essa atividade. Relatou que possui dois filhos: um reside com sua tia, para quem repassa algum valor, e o outro mora consigo. Acrescentou que não recebe benefícios do governo e que, quando o filho adoece, a genitora prefere levá-lo a clínicas particulares.

O informante José Arthur Sales Neto declarou que a genitora frequentemente mencionava não ter ajuda do pai quando a criança adoecia, precisando arcar sozinha com despesas de medicação e alimentação. Disse ainda que tinha conhecimento de que o requerido possuía um canil e que trabalhava com o pai. Contudo, afirmou não saber se o requerido tinha outros filhos.

Já o informante Francisco Daniel Silva informou que o requerido tem dois

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Canindé

1ª Vara Cível da Comarca de Canindé

Rua Doutor Gerônimo Brígido Neto, 266, Bela Vista - CEP 62700-000, Fone: (85) 3108-1939, Canindé-CE - E-mail: caninde.1civel@tjce.jus.br

filhos, sendo um com sete anos e outro prestes a completar um ano. Disse que o filho mais novo reside com o requerido e que, em relação à filha de sete anos, o alimentante contribui com R\$ 150,00 mensais. Afirmou que o requerido auxilia o pai na produção de salgados, recebendo cerca de R\$ 50,00 por dia, de segunda a sexta-feira, e que não tinha conhecimento sobre a ocupação da mãe de Leonel. Acrescentou que o requerido chegou a possuir um cachorro, mas este faleceu, e que não recebe Bolsa Família.

Pois bem.

O acordo anteriormente firmado ocorreu no ano de 2019, no Processo nº 4000064-65.2019.8.06.0055. Decorridos seis anos, é notório que as despesas da criança aumentaram, sobretudo em razão do ingresso na fase escolar, da maior necessidade de vestuário, lazer, transporte e acompanhamento médico.

Embora a genitora tenha alegado a existência de problemas de saúde e a necessidade de acompanhamento especializado, não há prova robusta de que o infante possua necessidades especiais permanentes. Todavia, o simples crescimento etário e ingresso escolar, por si só, constituem alteração fática suficiente para justificar a revisão, pois é evidente que os custos de manutenção de uma criança de seis anos superam aqueles de quando tinha poucos meses de vida, à época do acordo.

Ademais, o acordo anterior, embora formulado em livre consenso e com adequada representação, mostra-se, atualmente, inferior ao padrão médio que se adota em demandas de alimentos. **O aceite anterior de um acordo não impede o alimentando e sua genitora de buscarem em Juízo uma nova fixação, que seja mais fiel à realidade atual e atenta à proporcionalidade.**

De outro lado, a situação do genitor também merece ponderação. Restou incontroverso que exerce atividade autônoma, sem vínculo formal, com renda alegadamente limitada. Além disso, possui outra filha e constituiu um novo núcleo familiar, circunstâncias que também devem ser consideradas à luz do binômio necessidade-possibilidade. Registre-se, no entanto, que *"a constituição de nova família ou a existência de outros filhos não afasta nem reduz a obrigação alimentar preexistente, por se tratar de resultado de ato voluntário do alimentante, não se justificando a redução do encargo por esse motivo"* (TJCE - Agravo Interno Cível - 0623770-57.2025.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, 4ª Câmara Direito Privado, data do julgamento: 03/06/2025, data da publicação: 03/06/2025).

Diante desse cenário, não se mostra razoável acolher integralmente o pedido de majoração para 45% do salário mínimo, patamar que ultrapassaria sua capacidade contributiva, mas a manutenção do percentual de 15,03% revela-se insuficiente, diante do natural acréscimo de despesas do alimentando.

Assim, a solução proporcional e adequada está na majoração parcial. Portanto, fixo os alimentos em 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, quantia que melhor atende ao equilíbrio entre a necessidade da criança e a possibilidade do alimentante.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Canindé

1ª Vara Cível da Comarca de Canindé

Rua Doutor Gerônimo Brígido Neto, 266, Bela Vista - CEP 62700-000, Fone: (85) 3108-1939, Canindé-CE - E-mail: caninde.1civel@tjce.jus.br

III. DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento no art. no 487, inc. I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido, para majorar os alimentos devidos por FRANCISCO HONEY COELHO SILVA ao infante LIONEL MESSI ALMEIDA COELHO para **20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, a serem pagos até o dia 10 de cada mês**, mediante depósito em conta bancária indicada pela representante legal da criança.

A pensão incidirá sobre o salário mínimo nacional, com atualização automática a cada reajuste legal.

Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC, suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade judiciária ora concedida.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Canindé/CE, data da assinatura digital.

Rodrigo Santos Valle

Juiz